



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SAFS - Quadra 06 - Lote 01 - Trecho III - CEP 70095-900 - Brasília - DF - www.stj.jus.br

MGSTJ - ATA DE REUNIÃO

1. INFORMAÇÕES GERAIS

Data	22/03/2021
Horário	14h30 às 16h
Local	Plataforma Zoom
Responsável pelo registro	Ana Cláudia de Almeida Abreu Faria
Participantes	<ul style="list-style-type: none"> • Andréa Carla Marques Bortolato (AED) • Alexandre Kehrig Veronese Aguiar (CEFOR) • Ana Cláudia de Almeida Abreu Faria (SGE) • Antonio Augusto Gentil Santos de Souza (SJD) • Efinéias Stroppa dos Santos (SGE) • Fabiana Bittes Veyl (SOF) • Germara de Fatima Dantas Vilela (SJR) • Humberto Fontoura Pradera (AIA) • Ivo Mützenberg (AUD) • Jadson Santana de Sousa (GSP) • Josiane Cury Nasser Loureiro (SED) • Ketlin Feitosa de Albuquerque Lima Scartezini (AGS) • Kelly Cristina Oliveira Costa (GSP) • Leonardo Barros Verissimo (SGE) • Luiz Antonio de Souza Cordeiro (SAD) • Marcos Antonio Cavalcante (GDG) • Monique Parente Nascimento (ACI) • Montgomery Wellington Muniz (SGE) • Oswaldo Paiva da Costa Gomide (SSE) • Rodrigo Almeida de Carvalho (STI) • Rogério Cysne Araújo (SGE) • Rubens Cesar Gonçalves Rios (SPF) • Sartre Gonçalves Santos (SIS) • Solange da Costa Rossi (SGP) • Tatiana Aparecida Estanislau de Souza (OUV)

2. OBJETIVOS DA REUNIÃO

Proceder à análise crítica dos resultados aferidos no quarto e último trimestre de 2020, com a operacionalização do Plano STJ 2020.

3. PENDÊNCIAS DE REUNIÕES ANTERIORES

Comentou-se que, como não houve RAE em 2020, algumas pendências perderam o objeto ou foram solucionadas por decisões administrativas. Algumas mais relevantes foram tratadas na reunião, conforme quadro a seguir:

Decisão	Responsável	Prazo	Situação
Proposta de indicador para aferir a gestão de custos.	SOF	Próxima RAE	Resolvido. SOF informou que está trabalhando na implantação do sistema de custos e que o projeto Aprimoramento do Sistema de Informações de Custos (SIC – STJ) foi incluído no Plano de Gestão 2020- 2022, com a definição e implantação de indicadores prevista no cronograma para o período de 6/2021 a 3/2022.
Propor novo indicador para medir o tratamento das demandas de TIC (vazão).	STI	Próxima RAE	Resolvido. Desde o início do Plano STJ 2020, ficou pendente uma mensuração específica para quantificar a vazão de demandas de TI. Como medida alternativa foi criado o indicador “Tempo médio de atendimento às demandas sistêmicas”. Foi discutido em RAT da STI que a produtividade aumentou com o uso de métodos ágeis e que nenhum dos dois indicadores se justifica atualmente. Restou decidido que o indicador de vazão de demandas perdeu o objeto, com o fim do Plano STJ 2020. O indicador “Tempo de atendimento às demandas sistêmicas” fica mantido até junho de 2021 e, no processo de construção do Plano STJ 21-26, será analisada a viabilidade de novas métricas relacionadas ao tema.
Elaborar minuta de regulamentação para política de priorização de serviços em modo digital.	STI	Próxima RAE	Resolvido. A demanda inicial foi do TCU, em relação à avaliação da governança institucional. Com a Resolução CNJ n. 370/2021, o CNJ recomendou o Plano de Transformação Digital, com finalidade semelhante. A STI entende que não se trata apenas de uma ação de TI, mas sim da alta administração, pois deve ser uma preocupação institucional, apenas com a operacionalização dos serviços concebidos no formato digital, com interface da STI, como foi o Balcão Virtual, recentemente. Restou decidido que será elaborado um projeto estratégico para implantação do Plano de Transformação Digital, com gestão conjunta entre a SGE e a STI.
Satisfação na entrega de soluções de software	SGE/STI	Próxima RAE	Resolvido. Foi comentado, para ratificar em RAE, que enquanto durarem as medidas restritivas em função da pandemia, o indicador terá periodicidade semestral de monitoramento. Antes era trimestral.

4. ATA

A reunião teve início com uma rápida introdução do assunto feita pelo Senhor Diretor Geral.

Na sequência, o Secretário de Gestão Estratégica explicou sobre o momento ímpar no Tribunal, com três planos estratégicos: o Plano STJ 2020 (em fase final), o Plano de Gestão 2020-2022 (em andamento) e o Plano Estratégico STJ 2021-2026 (em construção).

Decidiu-se pela prorrogação do Plano STJ 2020 até que o Plano Estratégico STJ 2021-2026 seja concluído e publicado. Este último deve abarcar o portfólio de iniciativas estratégicas do Plano de Gestão 2020-2022.

4.1. Apresentação da situação geral do Plano STJ 2020

O Secretário de Gestão Estratégica fez uma breve apresentação da situação geral ao final do ano de 2020, justificando o cumprimento de apenas 76,75% do Plano STJ 2020, especialmente pelos impactos da pandemia e do ataque *hacker* vivenciados em 2020. Foram ressaltados, ainda, os principais aspectos positivos e os itens que merecem atenção do Tribunal.

4.2. Movimentação processual

Sobre a movimentação processual, foram mostrados os dados de processos recebidos, julgados e o acervo ao final de 2020, com destaque para a diminuição de recebidos entre 2019 e 2020 e a redução total do acervo de aproximadamente 31% entre 2015 e 2020, período de vigência do Plano STJ 2020.

Dentre outras possíveis causas da redução do quantitativo de processos em tramitação, foram mencionadas as listas de processos das metas nacionais encaminhadas mensalmente aos gabinetes, a atuação do NARER e do NUGEP.

O Secretário Judiciário comentou que o Tribunal deve ficar alerta para verificar se o quadro apresentado tem relação com uma possível demanda reprimida em função da pandemia, já que nos primeiros meses de 2021 o que se tem observado é um aumento do número de processos recebidos, aproximadamente 8 mil por mês.

4.3. Metas Nacionais

Na sequência, foram apresentados os resultados das 6 metas nacionais acompanhadas em 2020, destacando-se as duas atingidas: atendimento à demanda e ações coletivas.

Alertou-se que, para 2021, além das 6 metas monitoradas atualmente, foram acrescentadas mais duas: redução do congestionamento e das ações ambientais em trâmite no Tribunal.

A SGE informou que pretende implantar painéis BI (Business Intelligence), com dados atualizados mensalmente, para acesso pelos gabinetes de ministros, com situação das metas nacionais.

4.4. Indicadores estratégicos

4.4.1. Indicadores em situação crítica

- **Pessoas beneficiadas pelas ações de cidadania**

Foi apresentada a situação histórica do indicador mais afetado pela pandemia no contexto do STJ, que passou de uma média de 20 mil beneficiados ao ano para 5 mil em 2020.

A Secretária de Documentação informou que a contribuição da SED para o cumprimento da meta está suspensa até que se tenha dados da mensuração das atividades virtuais que estão sendo implementadas em substituição aos eventos presenciais.

A Assessora de Gestão Socioambiental, por sua vez, justificou que sua proposta de beneficiar 45 pessoas com ações virtuais ocorreu em virtude da pandemia, pois os programas oferecidos ao cidadão foram bastante impactados.

Já o Diretor do CEFOR informou que a meta de beneficiar 3.300 pessoas baseou-se na realidade vivida pela unidade em 2020, que mesmo com o ataque *hacker* tendo impactado de forma significativa nos cursos autoinstrucionais oferecidos, ainda tem condições de atingir esse quantitativo em 2021.

Restou aprovada a meta de beneficiar 3.345 pessoas em 2021 com as ações de cidadania promovidas pelo Tribunal. Acordou-se que a meta e a forma de mensuração do indicador devem ser reavaliadas no processo de construção do Plano Estratégico STJ 2021-2026, para que seja contemplada a nova realidade imposta pela pandemia.

- **Tempo médio de afetação à publicação do acórdão**

Explicou-se que o indicador está alinhado à Meta Nacional n. 7 e que o cumprimento da meta ficou prejudicado em razão de uma situação excepcional ocorrida em novembro, decorrente do julgamento da PET 12344/DF relativa à revisão de 9 temas repetitivos (Temas 126; 184; 280; 281; 282; 283; 1071; 1072; 1073). A excepcional situação e complexidade da matéria culminaram em uma revisão das teses do STJ, tendo sido percorridos 725 dias, na média, entre a data da afetação e a data da publicação do acórdão.

O NUGEP sugeriu, na análise crítica dos resultados apresentados no Relatório de Desempenho Institucional, que as hipóteses de revisão de tese não mais integrassem a medição do referido indicador, pois este tipo de ocorrência enseja maior tempo de estudo por parte do relator do que a proposta de um tema novo. Comentou ainda que as boas práticas realizadas por alguns órgãos julgadores podem ser divulgadas aos demais, com vistas a um melhor desempenho nesse quesito.

Após manifestações de participantes, a proposta de retirar a revisão de teses da base de cálculo do indicador foi negada, *a priori*, pois o tema faz parte da realidade dos repetitivos no Tribunal e, portanto, deve ser levado em consideração. Acordou-se por estudar melhor o indicador para o Plano Estratégico STJ 2021-2026.

- **Adesão às ações de educação corporativa**

O desempenho de 48% frente à meta de 70% foi justificado em sua maior parte pela pandemia, situação que demandou a suspensão dos eventos presenciais planejados e a realização de novas contratações na modalidade à distância. Foi identificada, ainda, certa resistência dos instrutores internos e dos próprios servidores para participarem desse novo formato de treinamento, em função de outras preocupações e dificuldades relacionadas à pandemia.

Como ação corretiva, o PAC 2021 foi totalmente revisto para ser implementado à distância. Está em análise, ainda, a sugestão das unidades do Tribunal de incluir no cálculo os eventos externos dos quais os servidores participam e não apenas os cursos oferecidos pelo CEFOR, como é atualmente.

Diante do exposto, foi aprovada a manutenção da meta de 70% para 2021, bem como a reavaliação do indicador para o próximo plano, para inserção das participações externas no cálculo da métrica.

- **Atendimento às recomendações**

Foi explicado que o atendimento de apenas 49% das recomendações expedidas pela AUD é crítico e que impacta fortemente a governança institucional. Comentou-se, ainda, que a medição é feita por meio da fórmula: recomendações atendidas / (atendidas + não atendidas), excluindo-se as recomendações em atendimento e as canceladas.

Tendo em vista algumas críticas apresentadas pelas unidades auditadas em relação à forma de cálculo do indicador, o Secretário de Gestão Estratégica informou que a forma de monitoramento está em revisão pela AUD e SGE para o próximo plano estratégico do Tribunal. Além disso, segundo o Secretário de Auditoria, estão sendo revistos os prazos de revisão da manifestação das unidades pela AUD, a fim de minimizar os problemas de descompasso entre a análise das respostas e a mensuração do indicador.

Por fim, a SGE lembrou aos participantes que o plano de monitoramento das auditorias da AUD está publicado na intranet e que as unidades podem utilizá-lo como referência para priorizarem o atendimento às recomendações sob suas responsabilidades.

Foi aprovada a manutenção da meta de 65% em 2021, com a revisão da forma de cálculo do indicador para o Plano Estratégico STJ 2021-2026.

- **Investimento em iniciativas estratégicas**
- **Execução do orçamento estratégico**

Para explicar o desempenho crítico desses indicadores, foi mencionado que apenas quatro iniciativas possuíam orçamento próprio em 2020, dentre elas, o Bosque dos Tribunais, que foi cancelado em função de outras prioridades decorrentes da pandemia.

Acordou-se por manter as metas em 100% para 2021, com revisão dos indicadores para o Plano Estratégico STJ 2021-2026. Além disso, serão adotadas ações de sensibilização dos gestores de iniciativas estratégicas visando ao cumprimento do planejamento orçamentário.

4.4.2. Indicadores em situação aceitável:

- **Governança institucional**

O indicador em questão possui periodicidade anual e costuma ser mensurado em junho, com base em questionário aplicado pelo TCU, explicou a SGE. O resultado de 64% foi aferido internamente pelo STJ, já que o TCU não fez o levantamento de governança institucional em 2020, em função da pandemia. O desempenho aquém da meta foi justificado por ajustes no questionário realizados pelo TCU e pela necessidade de o STJ focar em alguns aspectos específicos visando aprimorar a sua governança. Dentre eles, estão projetos como a “segurança da informação” e “política de integridade”, que devem impactar de forma positiva na mensuração de 2021, já que foram incluídos no Plano de Gestão 2020-2022.

Ficou aprovada a manutenção da meta de 75,5% para 2021, por tratar-se de estágio aprimorado em governança. Ademais, será revista a forma de mensuração no Plano Estratégico STJ 2021-2026, com vistas a diminuir a dependência do TCU para medição do indicador.

- **Execução orçamentária**

Foram apresentadas as considerações da SOF, que comentou sobre a dificuldade de alcance da meta de 98%, pois desde 2016, com a normatização do “teto de gastos”, a métrica contabiliza também os valores de “restos a pagar”. Comentou-se ainda que, em 2021, os contratos já vigentes estão sendo executados e as novas contratações têm que aguardar a aprovação do orçamento 2021. Com mudança de gestão no Tribunal, a execução também é afetada, pois levam um tempo para priorizar os gastos, acrescentou a Secretária de Orçamento e Finanças.

Restou aprovada a manutenção da meta de 98% de execução orçamentária em 2021, porém com a revisão da meta para o novo plano estratégico do STJ, considerando o cenário apresentado.

- **Aderências às metas do PLS/STJ**

Explicou-se que a AGS está atuando conjuntamente com a SAD para alinhamento do PCAq ao PLS, conforme preconiza o Dec. 10.024/2019 (pregão) e a Res. CNJ 347/2020, que trata da Política de Governança do Poder Judiciário. A Assessora Chefe de Gestão Socioambiental comentou que, para o ciclo

2021-2026, dará início às reuniões setoriais em abril para o estabelecimento de metas e revisão das ações que subsidiem o alcance do pactuado pelas unidades gestoras.

Acordou-se pela manutenção da meta de 100%, bem como pela revisão do indicador no Plano Estratégico STJ 2021-2026, para abarcar o incremento de métricas.

- **Julgamento de ações de improbidade administrativa**

O referido indicador, constante da pauta da reunião, foi tratado no momento de apresentação dos resultados das metas nacionais 2020, considerando que está alinhado à Meta 4.

- **Ações de educação promovidas com instrutor interno**

A situação desse indicador, também constante da pauta, foi comentada quando da discussão da “adesão às ações de educação corporativa”, explicando-se sobre a identificação de resistências por parte dos servidores para atuarem como instrutores internos frente ao cenário do covid-19.

4.5. Projetos estratégicos

A SGE apresentou a situação do portfólio estratégico do Plano STJ 2020 ao final do ano passado, destacando que 71% das iniciativas foram concluídas e que os projetos que ainda estavam em andamento ou foram incluídos no Plano de Gestão 2020-2022 ou estão sendo incluídos no Plano Estratégico STJ 2021-2026.

Em seguida, apresentou o painel de BI que está em fase de finalização para monitoramento do portfólio estratégico do Tribunal, com previsão de publicação na intranet em abril/2021. A AGS elogiou a vinculação dos projetos aos objetivos de desenvolvimento sustentáveis da Agenda 2030.

Por fim, comentou-se que após o primeiro trimestre de 2021 será possível apresentar os primeiros dados de acompanhamento do portfólio atual, já por meio do painel BI.

4.6. Assuntos gerais

Ao final da reunião, a SGE explicou sobre a importância do Prêmio CNJ de Qualidade e informou que a Presidência monitorará de forma mais efetiva o cumprimento dos critérios da premiação pelo Tribunal. A Dra. Kelly Cristina, Juíza Auxiliar da Presidência, foi designada para ficar à frente do acompanhamento e se colocou à disposição das unidades. A realização das RAEs também contribui para o prêmio em questão.

A RAE foi encerrada com o agradecimento à participação de todos e o aviso de que a próxima reunião, para acompanhamento dos resultados do primeiro trimestre de 2021, deve ocorrer no final de abril.

5. DECISÕES

Decisão	Responsável	Prazo
Manter o indicador “Tempo de atendimento às demandas sistêmicas” como estratégico até junho de 2021 e, no processo de construção do Plano STJ 21-26, analisar a viabilidade de novas métricas relacionadas ao tema vazão de demandas de TI.	SGE/STI	Até junho/2021
Elaborar o projeto estratégico para implantação do Plano de	SGE/STI	Até junho/2021

Transformação Digital.		
Prorrogar o Plano STJ 2020 até que o Plano Estratégico STJ 2021-2026 seja concluído e publicado. Este último deve abarcar as iniciativas do Plano de Gestão 2020-2022.	SGE	Até junho/2021
Alterar meta do indicador para beneficiar 3.345 pessoas em 2021 com as ações de cidadania promovidas pelo Tribunal. Reavaliar a meta e a forma de mensuração do indicador no processo de construção do Plano Estratégico STJ 2021-2026, para que seja contemplada a nova realidade imposta pela pandemia.	SGE	Até junho/2021
Manter a revisão de teses na base de cálculo do indicador tempo médio da afetação à publicação do acórdão, pois o tema faz parte da realidade dos repetitivos no Tribunal e, portanto, deve ser levado em consideração. Estudar melhor o indicador para o Plano Estratégico STJ 2021-2026.	SGE/NUGEP	Até junho/2021
Manter a meta de 70% para o indicador adesão às ações de educação corporativa em 2021, e reavaliar no próximo plano, para inserção das participações externas no cálculo da métrica.	SGE/CEFOR	Até junho/2021
Manter a meta de 65% de atendimento às recomendações da AUD em 2021, com a revisão da forma de cálculo do indicador para o Plano Estratégico STJ 2021-2026.	SGE/AUD	Até junho/2021
Manter em 100% as metas dos indicadores de orçamento estratégico em 2021, com revisão dos indicadores para o Plano Estratégico STJ 2021-2026.	SGE	Até junho/2021
Adotar ações de sensibilização dos gestores de iniciativas estratégicas, visando ao cumprimento do planejamento orçamentário.	SGE	Até dez/2021
Manter a meta de 75,5% para a governança institucional em 2021, por tratar-se de estágio aprimorado em governança. Ademais, será revista a forma de mensuração no Plano Estratégico STJ 2021-2026, com vistas a diminuir a dependência do TCU para medição do indicador.	SGE	Até junho/2021
Manter a meta de 98% de execução orçamentária em 2021, porém com a revisão da meta para o novo plano estratégico do STJ.	SGE/SOF	Até junho/2021
Manter a meta de 100% de adesão ao PLS, bem como revisar o indicador no Plano Estratégico STJ 2021-2026, para abarcar o incremento de métricas.	SGE/AGS	Até junho/2021

Documento assinado eletronicamente por **Ana Cláudia de Almeida Abreu Faria**, Coordenador de



Planejamento Estratégico, em 30/03/2021, às 19:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Rubens Cesar Gonçalves Rios, Secretário de Processamento de Feitos**, em 30/03/2021, às 19:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Cysne Araújo, Chefe da Seção de Gestão do Portfólio Estratégico**, em 30/03/2021, às 20:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Fabiana Bittes Veyl, Secretário de Orçamento e Finanças**, em 30/03/2021, às 20:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Josiane Cury Nasser Loureiro, Secretário de Documentação**, em 31/03/2021, às 13:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Kehrig Veronese Aguiar, Diretor do Centro de Formação e Gestão Judiciária**, em 31/03/2021, às 14:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Oswaldo Paiva da Costa Gomide, Secretário de Segurança**, em 01/04/2021, às 11:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Kelly Cristina Oliveira Costa, Juiz Auxiliar no STJ**, em 01/04/2021, às 16:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Augusto Gentil Santos de Souza, Secretário Judiciário**, em 05/04/2021, às 08:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Sandra Aparecida Silvestre De Frias Torres, Juiz Auxiliar no STJ**, em 05/04/2021, às 10:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Tatiana Aparecida Estanislau de Souza, Ouvidor Auxiliar**, em 05/04/2021, às 10:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Andréa Carla Marques Bortolato, Assessor "C"**, em 05/04/2021, às 11:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Solange da Costa Rossi, Secretário de Gestão de Pessoas**, em 05/04/2021, às 17:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Luiz Antonio de Souza Cordeiro, Secretário de Administração**, em 06/04/2021, às 15:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Almeida de Carvalho, Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação**, em 06/04/2021, às 21:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Germara de Fatima Dantas Vilela, Secretário de Jurisprudência - Em Substituição**, em 07/04/2021, às 19:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Montgomery Wellington Muniz, Secretário de Gestão Estratégica**, em 08/04/2021, às 11:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Efinéias Stroppa dos Santos, Coordenador de Governança de Dados e Informações Estatísticas**, em 08/04/2021, às 14:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Sartre Gonçalves Santos, Assistente IV**, em 09/04/2021, às 13:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Jadson Santana de Sousa, Secretário-Geral da Presidência**, em 09/04/2021, às 14:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Humberto Fontoura Pradera, Assessor-Chefe**, em 09/04/2021, às 15:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Antonio Cavalcante, Diretor-Geral**, em 09/04/2021, às 17:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.stj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2397808** e o código CRC **3F815770**.